

RELATÓRIO CONTÁBIL ANUAL 2025

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU EM PERNAMBUCO



SEÇÃO JUDICIÁRIA EM PERNAMBUCO

Declaração Anual do Contador

Demonstrações Contábeis

Notas Explicativas

DRa. AMANDA TORRES DE LUCENA DINIZ ARAUJO
Juiza Federal/Diretora do Foro

ANNA IZABEL FURTADO DE MIRANDA LUNARDELLI
Diretora da Secretaria Administrativa

IVALDO SEVERINO DA SILVA
Diretor do Núcleo Financeiro e Patrimonial

KLEITON DOS SANTOS LIMA
Contador Responsável
Setor de Contabilidade
CRC/SE - 7860 - 0

Sumário

Apresentação	2
Declaração Anual do Contador	4
Demonstrações Contábeis	6
BALANÇO PATRIMONIAL	6
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	8
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	10
ANEXOS	11
BALANÇO FINANCEIRO	12
DEMONSTRATIVO DOS FLUXOS DE CAIXA	13
Notas Explicativas	14
INFORMAÇÕES GERAIS	14
RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS	15
(a) Caixa e Equivalentes de Caixa	15
(b) Créditos a Curto Prazo	15
(c) Estoques	15
(d) Variação Patrimonial Diminutiva Paga Antecipada	15
(e) Imobilizado	16
(f) Intangível	16
(g) Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão	16
(h) Passivos Circulantes e Não Circulantes	18
(i) Apuração do Resultado	18
Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa	19
Nota 02 – Créditos a Curto Prazo	19
Nota 03 – Estoques	20
Nota 04 – Variação Patrimonial Diminutiva Paga Antecipada	20
Nota 05 – Imobilizado	21
Bens Móveis	21
Bens Imóveis	21
Nota 06 – Depreciação Bens Móveis e Imóveis	22
Nota 07 – Intangível	22
Nota 08 – Passivo Circulante	23
Nota 09 – Ajustes de Exercícios Anteriores	24
Nota 10 – Atos Potenciais Ativos e Passivos	24
Nota 11 – Taxas	24
Nota 12 – Transferências e Delegações Recebidas	24
Nota 13 – Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	25
Nota 14 – Pessoal e Encargos	25
Nota 15 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais	26
Nota 16 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital fixo	27
Nota 17 – Desvalorização e Perda de Ativos	28
Nota 18 – Tributárias	28
Nota 19 – Receitas Orçamentárias	28
Nota 20 – Despesas Orçamentárias	29
Despesas Correntes	29
Despesas de Capital	29
Nota 21 – Execução dos Restos a Pagar	30
Nota 22 – Geração Líquida de caixa e Equivalente de Caixa	30

Apresentação

O Relatório Contábil tem a finalidade de apresentar à sociedade a situação e os resultados orçamentário, financeiro e patrimonial da Justiça Federal de 1º Grau em Pernambuco - JFPE.

As demonstrações contábeis e notas explicativas são de responsabilidade da Administração.

Os gestores e os profissionais de contabilidade são conjuntamente responsáveis pela conformidade das demonstrações contábeis. Os gestores por praticarem os atos e fatos que promovem impacto nessas demonstrações e os profissionais de contabilidade por analisarem as informações e proporem as soluções para corrigirem eventuais inconsistências.

Nesse sentido, a conformidade contábil da Seção Judiciária de Pernambuco é realizada, no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, pelo contador responsável que, além dos processos de conformidade realizados mensalmente, ao final do exercício emite a Declaração Anual do Contador, conforme previsto no item 5.4.1 da Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil.

As demonstrações contábeis aplicadas ao setor público são compostas pelos seguintes demonstrativos:

- O Balanço Patrimonial tem por objetivo evidenciar, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial do órgão por meio de contas representativas do patrimônio público por ela gerido, bem como os atos potenciais.
- A Demonstração das Variações Patrimoniais visa a evidenciar as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicar o resultado patrimonial do exercício.
- O Balanço Orçamentário objetiva demonstrar a execução orçamentária de receitas e de despesas ao longo do exercício, confrontando as receitas e as despesas previstas na Lei Orçamentária Anual com aquelas efetivamente realizadas.
- O Balanço Financeiro tem por objetivo evidenciar as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.
- A Demonstração dos Fluxos de Caixa visa evidenciar as origens e as aplicações das disponibilidades financeiras obtidas pela entidade, ou seja, as entradas e as saídas de recursos durante o período e o resultado desse fluxo, classificando-as em três grupos de atividades: operacionais, de investimento e de financiamento, sendo que este último não se aplica à Justiça Federal. Além de mostrar as

origens e aplicações das disponibilidades financeiras, tal demonstração evidencia o fluxo líquido de caixa de cada atividade.

- A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido evidencia as operações que alteraram a composição o Patrimônio Líquido no exercício.

No entanto, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP 11ª edição, essa demonstração é apenas obrigatória para empresas estatais dependentes constituídas sob a forma de sociedade anônima, sendo facultativa para os demais órgãos e entidades dos entes da Federação, contexto em que se enquadra a Justiça Federal de 1º Grau em Pernambuco.

A seguir, são apresentadas a Declaração Anual do Contador, Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas referente ao exercício de 2025.

Declaração Anual do Contador – COM RESTRIÇÃO

A presente declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2025 da Justiça Federal de 1º Grau em Pernambuco.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2025 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2025, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, exceto quanto os assuntos mencionados a seguir:

1. SD CONTÁBIL BENS MÓVEIS NÃO CONFERE C/ RMBI (Restrição Contábil 640).

As contas dos bens móveis e intangíveis apresentaram divergências entre o saldo contábil e o Relatório de Movimentação de Bens Móveis e Intangíveis – RMBI no valor de R\$13.431.665,77. Em 2025, foi formada Comissão de Inventário de Bens Intangíveis, conforme processo 0002544-12.2025.4.05.7500, concluída em 31/12/2025, as regularizações desses bens nos sistemas de controle patrimonial e contábil se dará em 2026, bem como a formação de nova comissão para inventariar os bens móveis na JFPE.

2. FALTA/REG. INCOMP. DEPREC., AMORT., EX – AT. IMOB (Restrição Contábil 642).

Ausência de contabilização no SIAFI da depreciação de bens móveis, procedimento suspenso devido inconsistências apresentadas entre os saldos registrados no sistema de controle e contábil. De acordo com a administração, em 2026 será formada comissão de inventário de bens móveis, para proceder os devidos ajustes e retomar o procedimento de depreciação desses bens na JFPE.

3. SALDO A LONGADO EM CONTAS TRANSIT. DO AT. Ñ CIRC. – IMOB. (Restrição Contábil 632)

Existência de saldo alongado em conta transitória de Bens Imóveis a Classificar/a Registrar no valor R\$ 38.725.814,77, referente aos imóveis pendentes de regularização na Secretária do Patrimônio da União – SPU e consequente registro no sistema SPIUnet. Foi formada comissão de regularização de bens imóveis da União sob controle da JFPE, conforme processo 0000027-44.2019.4.05.7500.

4. FALTA DE AVALIAÇÃO BENS MÓVEIS, IMÓV., INTANG. (Restrição Contábil 634)

Falta de avaliação de bens móveis, imóveis e intangíveis no SIAFI, impossibilitando selecionar bases que reflitam de modo mais adequado a realidade contábil do patrimônio da JFPE.

5. FALTA DE ATUALIZAÇÃO DE PROVISÃO. (Restrição Contábil 321)

Não foi feita a provisão inicial do passivo de encargos sobre férias, conforme orientação enviada na mensagem 2025/4186023 da STN, devido à falta de informação pelo setor

responsável. Houve a abertura do processo SEI nº 006885-81.2025.4.05.7500, no sentido de a Seção de Folha de Pagamento fornecer os dados de encargos patronais sobre férias para a provisão inicial do passivo em dezembro de 2025.

Kleiton dos Santos Lima
Contador Responsável - CRC/SE 7860-0
Recife-PE, 19/01/2026

Demonstrações Contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL

R\$

ATIVO	NE	2025	2024
ATIVO CIRCULANTE		18.988.716,04	23.864.897,05
Caixa e Equivalente de Caixa	01	12.062.992,66	14.663.842,07
Créditos a Curto Prazo	02	1.773.036,93	3.028.906,39
Demais Créditos e Valores		1.773.036,93	3.028.906,39
Estoques	03	407.496,01	564.261,92
VPDs Pagas Antecipadamente	04	4.745.190,44	5.607.886,67
ATIVO NÃO CIRCULANTE		167.612.772,21	156.427.418,49
Imobilizado	05	150.609.514,59	139.424.160,87
Bens Móveis		88.685.961,09	86.591.943,05
Bens Móveis		88.976.039,61	86.990.319,34
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens	06	(290.078,52)	(398.376,29)
Bens Imóveis		61.923.553,50	52.832.217,82
Bens Imóveis		61.969.301,48	52.869.204,71
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens	06	(45.747,98)	(36.986,89)
Intangível	07	17.003.257,62	17.003.257,62
Softwares		16.981.123,41	16.981.123,41
Softwares		16.981.123,41	16.981.123,41
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		22.134,21	22.134,21
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		22.134,21	22.134,21
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind.		-	-
TOTAL DO ATIVO		186.601.488,25	180.292.315,54

Fonte: Siafi

R\$

PASSIVO	NE	2025	2024
PASSIVO CIRCULANTE	08	9.437.394,03	8.693.151,46
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		4.637.085,31	5.488.493,72
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		493.153,80	120.939,83
Demais Obrigações a Curto Prazo		4.307.154,92	3.083.717,91
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		-	-
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		9.437.394,03	8.693.151,46

Fonte: Siafi

R\$

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NE	2025	2024
Resultados Acumulados		177.164.094,22	171.599.164,08
Resultado do Exercício		7.738.637,86	31.590.342,98
Resultados de Exercício Anteriores		171.599.164,08	144.513.820,04
Ajustes de Exercícios Anteriores	09	(2.173.707,72)	(4.504.998,94)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		177.164.094,22	171.599.164,08
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		186.601.488,25	180.292.315,54

Fonte: Siafi

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

		R\$			
ATIVO	2025	2024	PASSIVO	2025	2024
Ativo Financeiro	12.062.992,66	14.697.746,51	Passivo Financeiro	20.146.326,46	23.188.382,44
Ativo Permanente	174.538.495,59	165.594.569,03	Passivo Permanente	4.692.330,36	5.543.518,84
			SALDO PATRIMONIAL	161.762.831,43	151.560.414,26

Fonte: Siafi

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

		R\$		
ATIVO				
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	NE	2025	2024	
Saldo dos Atos Potenciais Ativos		2.853.852,36	2.711.027,56	
Atos Potenciais Ativos	10	2.853.852,36	2.711.027,56	
Garantias e Contragarantias Recebidas		2.853.852,36	2.711.027,56	
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres		-	-	
Direitos Contratuais		-	-	
Outros Atos Potenciais Ativos		-	-	
TOTAL		2.853.852,36	2.711.027,56	
PASSIVO				
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	NE	2025	2024	
Saldo dos Atos Potenciais Passivos	10	54.842.427,71	50.065.768,32	
Atos Potenciais Passivos		54.842.427,71	50.065.768,32	
Garantias e Contragarantias Concedidas		-	-	
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres		-	-	
Obrigações Contratuais		54.842.427,71	50.065.768,32	
Outros Atos Potenciais Passivos		-	-	
TOTAL		54.842.427,71	50.065.768,32	

Fonte: Siafi

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

		R\$	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	NE	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO	
Recursos Não Vinculados		(8.105.204,15)	
Recursos Vinculados		21.870,35	
Previdência Social (RPPS)		(7.960,85)	
Fundos, Órgãos e Programas		29.831,20	
TOTAL		(8.083.333,80)	

Fonte: Siafi

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	NE	2025	2024
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		4.382.642,80	4.470.218,94
Taxas	11	4.382.642,80	4.470.218,94
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		83.494,11	55.794,95
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		83.494,11	55.794,95
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		-	-
Juros e Encargos de Emprést. e Financiamentos		-	-
Transferência e Delegações Recebidas	12	488.516.182,16	480.546.666,90
Transferências Intragovernamentais		488.488.164,32	480.471.980,59
Transferências Intergovernamentais		-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas		28.017,84	74.686,31
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		544.229,85	254.756,39
Ganhos com Incorporação de Ativos		3.802,69	253.604,06
Ganhos com Desincorporação de Passivos		540.427,16	1.152,33
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		11.089.223,89	2.071.767,37
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	13	11.089.223,89	2.071.767,37
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		504.615.772,81	487.399.204,55

Fonte: Siafi

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	NE	2025	2024
Pessoal e Encargos	14	356.350.002,01	329.018.825,24
Remuneração a Pessoal		263.516.169,19	244.969.959,84
Encargos Patronais		47.066.001,72	44.331.173,98
Benefícios a Pessoal		26.039.107,23	21.890.762,36
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas – Pessoal e Encargos		19.728.723,87	17.826.929,06
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	15	60.884.563,87	58.672.143,08
Aposentadoria e Reformas		45.589.973,80	43.959.273,79
Pensões		14.911.139,56	14.512.770,69
Outros benefícios Previdenciários e Assistenciais		383.450,51	200.098,60
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	16	58.640.612,66	57.397.754,73
Uso de Material de Consumo		1.091.129,27	991.745,18
Serviços		57.539.010,66	56.302.239,09
Depreciação, Amortização e Exaustão		10.472,73	103.770,46
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		3.802,69	401,29
Juros e Encargos de Mora		3.802,69	283,89
Descontos Financeiros Concedidos		-	117,40
Transferências e Delegações Concedidas		16.971.508,36	7.467.237,31
Transferências Intragovernamentais		16.789.121,92	6.723.627,77
Outras Transferências e Delegações Concedidas		182.386,44	743.609,54
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	17	35.514,31	315.515,76
Perdas Involuntárias		-	20.087,72
Desincorporação de Ativos		35.514,31	295.428,04
Tributárias	18	3.919.007,25	2.847.425,36
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		72.970,69	6.093,27

Contribuições		3.846.036,56	2.841.332,09
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		72.123,80	89.558,80
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		72.123,80	89.558,80
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		496.877.134,95	455.808.861,57
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		7.738.637,86	31.590.342,98

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

R\$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Receitas Correntes (I)	19	-	-	-	-
Receitas de Capital (II)	19	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS (IV) = (I+II)		-	-	-	-
Operações de Crédito/Refinanciamento (V)		-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)		-	-	-	-
DÉFICIT (VII)		-	-	492.379.376,62	492.379.376,62
TOTAL (VIII) = (VI+VII)		-	-	492.379.376,62	492.379.376,62
CRÉDITOS AIDICONAIS ABERTOS		-	-	-	-
Superávit Financeiro		-	-	-	-
Excesso de Arrecadação		-	-	-	-
Créditos Cancelados		-	-	-	-

Fonte: Siafi

R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	20	-	-	481.434.027,96	478.485.120,87	477.638.483,06	(481.434.027,96)
Pessoal e Encargos Sociais		-	-	391.492.269,12	391.492.269,12	391.285.223,42	(391.492.269,12)
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		-	-	89.941.758,84	86.992.851,75	86.353.259,64	(89.941.758,84)
DESPESAS DE CAPITAL	20	-	-	10.945.348,66	6.089.079,55	6.089.079,55	(10.945.348,66)
Investimentos		-	-	10.945.348,66	6.089.079,55	6.089.079,55	(10.945.348,66)
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS		-	-	492.379.376,62	484.574.200,42	483.727.562,61	(492.379.376,62)
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		-	-	492.379.376,62	484.574.200,42	483.727.562,61	(492.379.376,62)

Fonte: Siafi

ANEXOS

ANEXO 1 – DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		4.498.993,67	3.346.795,53	1.792.866,67	1.792.866,67	5.537.907,13	515.015,40
Pessoal e Encargos Sociais		4.489.081,68	515.372,94	357,54	357,54	4.489.081,68	515.015,40
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		9.911,99	2.831.422,59	1.792.509,13	1.792.509,13	1.048.825,45	-
DESPESAS DE CAPITAL		13.400,51	12.179.560,11	5.093.588,85	5.093.588,85	18.297,58	7.081.074,19
Investimentos		13.400,51	12.179.560,11	5.093.588,85	5.093.588,85	18.297,58	7.081.074,19
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
TOTAL	21	4.512.394,18	15.526.355,64	6.886.455,52	6.866.455,52	5.556.204,71	7.596.089,59

Fonte: Siafi

ANEXO 2 – DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		31.780,97	150.462,52	150.178,63	283,89	31.780,97
Pessoal e Encargos Sociais		22.571,02	54.748,15	54.748,15	-	22.571,02
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		9.209,95	95.714,37	95.430,48	283,89	9.209,95
DESPESAS DE CAPITAL		-	-	-	-	-
Investimentos		-	-	-	-	-
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-
TOTAL	21	31.780,97	150.462,52	150.178,63	283,89	31.780,97

Fonte: Siafi

BALANÇO FINANCEIRO

R\$

INGRESSOS	NE	2025	2024
Receitas Orçamentárias	19	-	-
Ordinárias		-	-
Vinculadas		-	-
Transferências Financeiras Recebidas	12	488.488.164,32	480.471.980,59
Resultantes da Execução Orçamentária		481.316.843,22	466.655.369,38
Repasso Recebido		-	-
Sub-repasso Recebido		481.316.843,22	466.655.369,38
Independentes da Execução Orçamentária		7.171.321,10	13.816.611,21
Transferência Recebidas para Pagamento de RP		6.389.029,67	13.685.318,57
Demais Transferências recebidas		371.801,52	66.750,40
Movimentação de Saldos Patrimoniais		410.489,91	64.542,24
Recebimentos Extraorçamentários		26.375.530,19	26.531.983,47
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		846.637,81	150.462,52
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		7.805.176,20	15.526.355,64
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		2.124.759,55	4.247.810,06
Outros Recebimentos Extraorçamentários		15.598.956,63	6.607.355,25
Ordens Bancárias não Sacadas – Cartão de Pagamento		-	7.041,39
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		9.691,39	2.650,00
Arrecadação de Outra Unidade		15.555.360,80	6.597.663,86
Valores para Compensação		33.904,44	-
Saldo do Exercício Anterior		14.663.842,07	6.248.141,98
Caixa e Equivalente de caixa		14.663.842,07	6.248.141,98
TOTAL		529.527.536,58	513.252.106,04

Fonte: Siafi

R\$

DISPÊNDIOS	NE	2025	2024
Despesas Orçamentárias		492.379.376,62	473.496.890,91
Ordinárias		417.048.766,31	419.467.579,36
Vinculadas		75.330.610,31	54.029.311,55
Seguridade Social (Exceto Previdência)		16.836.796,07	-
Previdência Social (RPPS)		54.012.132,40	49.494.356,17
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		4.481.681,84	4.534.955,38
Transferências Financeiras Concedidas		16.789.121,92	6.723.627,77
Resultantes da Execução Orçamentária		479.248,71	2.448,13
Sub-repasso Concedido		-	2.448,13
Sub-repasso Devolvido		479.248,71	-
Independentes da Execução Orçamentária		16.309.873,21	6.721.179,64
Movimentação de Saldos Patrimoniais		16.309.873,21	6.721.179,64
Pagamentos Extraorçamentários		8.296.045,38	18.367.745,29
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	21	150.178,63	2.076.062,51
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	21	6.886.455,52	14.740.505,82
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		1.222.485,45	1.551.176,96
Outros Pagamentos Extraorçamentários		36.925,78	-
Ordens Bancárias Sacdas – Cartão de Pagamento		3.021,34	-
Demais Pagamentos		33.904,44	-
Saldo para o Exercício Seguinte		12.062.992,66	14.663.842,07
Caixa e Equivalente de caixa	22	12.062.992,66	14.663.842,07
TOTAL		529.527.536,58	513.252.106,04

Fonte: Siafi

DEMONSTRATIVO DOS FLUXOS DE CAIXA

R\$

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXO DE CAIXA	NE	2025	2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	22	8.581.818,99	30.793.238,27
INGRESSOS		506.211.880,50	491.320.104,51
Outros Ingressos Operacionais		506.211.880,50	491.320.104,51
Ingressos Extraorçamentários Recebidas		2.124.759,55	4.247.810,06
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		9.691,39	2.650,00
Transferências Financeiras Recebidas		488.488.164,32	480.471.980,59
Arrecadação de Outra Unidade		15.555.360,80	6.597.663,86
DESEMBOLSOS		(497.630.061,51)	(460.526.866,24)
Pessoal e Demais Despesas		(432.438.331,57)	(408.225.816,64)
Judiciário		(354.351.256,30)	(336.124.673,06)
Previdência Social		(58.696.364,57)	(57.133.092,57)
Encargos Especiais		(19.387.689,36)	(14.975.092,40)
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		(3.021,34)	7.041,39
Transferências Concedidas		(47.146.218,13)	(44.026.244,87)
Intragovernamentais Concedidas		(47.146.218,13)	(44.026.244,87)
Outros Desembolsos Operacionais		(18.045.511,81)	(8.274.804,73)
Dispêndios Extraorçamentários		(1.222.485,45)	(1.551.176,96)
Transferências Financeiras Concedidas		(16.789.121,92)	(6.723.627,77)
Demais Pagamentos		(33.904,44)	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	22	(11.182.668,40)	(22.377.538,18)
INGRESSOS		-	-
DESEMBOLSOS		(11.182.668,40)	(22.377.538,18)
Aquisição de Ativo Não Circulante		(11.182.668,40)	(22.317.099,73)
Outros Desembolsos de Investimentos		(81.890,00)	(60.438,45)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	22	-	-
INGRESSOS		-	-
DESEMBOLSOS		-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(2.600.849,41)	8.415.700,09
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		14.663.842,07	6.248.141,98
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	22	12.062.992,66	14.663.842,07

Fonte: Siafi

Notas Explicativas

INFORMAÇÕES GERAIS

Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2025.

Unidade Gestora:

090009 – Justiça Federal de 1º Grau em Pernambuco

Base para Elaboração das Notas Explicativas:

Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP – 11ª Edição – Parte V (Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público), item 8.

Natureza Jurídica da Entidade:

A Justiça Federal de 1º Grau em Pernambuco, inscrita no CNPJ sob o número 05.441.804/0001-40, compõe o Poder Judiciário Federal brasileiro e está vinculada ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

Domicílio da Entidade:

A JFPE tem sede administrativa situada à Av. Recife, 6250 – Fórum Ministro Artur Marinho – Bairro do Jiquiá – Recife – PE. CEP: 50865-900. Endereço eletrônico: www.jfpe.jus.br.

Natureza das operações e principais atividades da entidade:

A competência da JFPE encontra-se definida no Art. 109 da Constituição Federal. A principal atividade é o julgamento de processos de sua competência.

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

A estrutura e a composição das demonstrações contábeis representam o modelo elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, as quais foram extraídas do Sistema Integrado de Administração do Governo Federal – SIAFI, e estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, exceto quanto as Restrições que constam da Declaração do Contador.

Dessa forma, as demonstrações são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);

- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF); e
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);

RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

Inicialmente, frise-se que as demonstrações estão apresentadas com valores em unidades de real (R\$).

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da Justiça Federal de 1º Grau em Pernambuco, tendo em consideração as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

(a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Representa o valor disponível para saque da Conta Única do Tesouro Nacional, estabelecido pelo Órgão Central de Programação Financeira ou arrecadação direta, para atender despesas com vinculação específica de pagamento, além das disponibilidades existentes em outras contas bancárias, que não sejam a conta única.

Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

(b) Créditos a Curto Prazo

Compreende os valores a receber realizáveis no curto prazo relacionados, principalmente, com adiantamentos concedidos e créditos tributários.

Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável.

(c) Estoques

Compreende o valor dos materiais em almoxarifado destinados ao consumo interno da unidade.

São mensurados e avaliados na entrada pelo valor de aquisição ou produção, e na saída de estoque pelo preço médio ponderado das compras, conforme determina o art. 106, inciso III, da Lei nº 4.320/1964.

(d) Variação Patrimonial Diminutiva Paga Antecipada

Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestações de serviço à entidade ocorrerão no curto prazo. A base de mensuração é o custo histórico.

(e) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

(f) Intangível

São os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

A definição das aquisições de softwares como ativo intangível ou VPD antecipada, ou outra classificação, tem por base o que dispões nas macrofunções 021130 – Despesa com TI e 020345 – Ativos Intangíveis.

(g) Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações têm como base legal a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 11ª edição (MCASP) e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP).

Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual Siafi, Macrofunções 020330 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Dir. União, Aut., e Fundação, e 020335 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável, disponíveis no sítio do Tesouro Nacional e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 10/2023, de 04 de julho de 2023, esta última aplicável aos bens imóveis.

Reavaliação de bens imóveis

Segundo o art. 6º da Portaria Conjunta STN/SPU 10/2023, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados nas seguintes situações:

- I- quando aplicadas obras ou reformas, a título de benfeitoria, em valor percentual igual ou superior a vinte por cento do valor líquido contábil do imóvel;
- II- quando houver alteração de área construída ou tipologia do imóvel, independentemente do valor investido;

- III- quando for comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoração, desabamento, arruinamento, dentre outros; ou
- IV- quando a data do último valor justo cadastrado no Sistema Corporativo da Secretaria de patrimônio da União for igual ou superior a 5 (cinco) anos.

Redução ao valor recuperável

Segundo esse critério, a entidade avalia se há ativo que possa ter o seu valor reduzido ao valor recuperável, sem possibilidade de reversão desta perda em um futuro próximo. Caso haja indício, deve-se estimar o valor da perda por meio de testes de recuperabilidade. A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor seguem as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas no Manual Siafi, Macrofunção 020335 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável e nas Normas Brasileiras de Contabilidade, especialmente a NBC TSP 08 – Ativo Intangível e NBC TSP 09 – Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa.

Em 2025, nenhum ativo da JFPE foi submetido ao teste de recuperabilidade.

Depreciação e Amortização

A base de cálculo para a depreciação e amortização é o custo do ativo imobilizado ou do intangível com vida útil definida, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo desses encargos, aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional, é o das quotas constantes, exceto para os bens imóveis objeto da Portaria Conjunta STN/SPU nº 10/2023, que são cadastrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) e seguem critérios específicos.

Como regra geral, a depreciação deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Entretanto, conforme item 6.10 da Macrofunção 020330, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês são relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

No exercício de 2025, não foi reconhecida a depreciação de bens móveis e a amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida, exceto ajustes na depreciação para fins de apuração do valor contábil líquido no momento de doação de bens.

Para mais informações consultar os itens 2 e 3 da Declaração do Contador constante neste relatório.

Bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A depreciação dos bens imóveis cadastrados no SPIUnet foi realizada mensalmente pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, de acordo com dados gerados pela Secretaria de Patrimônio da União-SPU.

A vida útil é definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e as características dos bens

imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor.

A amortização refere-se aos encargos decorrentes de benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, em geral, alugados. É calculada de acordo com a data da conclusão da benfeitoria e o prazo de vigência do contrato de locação, pela própria unidade gestora dos imóveis.

(h) Passivos Circulantes e Não Circulantes

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, fornecedores e contas a pagar, provisões e demais obrigações.

(i) Apuração do Resultado

Na contabilidade dos entes governamentais são apurados os seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPAs são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para a União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente.

As VPDs são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos ou no potencial de serviços para a União, implicando saída de recursos, redução de ativos ou assunção de passivos.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta "Superávit/Déficit do Exercício". O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), na qual também é evidenciado o resultado patrimonial do exercício, conforme prescreve o art. 104 da Lei nº 4.320/1964.

Resultado Orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios (orçamentários e extraorçamentários) que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa

O Caixa e Equivalentes de Caixa é composto pelas contas Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – OFSS, Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – Ordem de Pagamento – OFSS e Garantias.

As contas limite de saque correspondem a liberação de financeiro da conta única do tesouro nacional, detalhados por fonte para atender despesas com vinculação específica para pagamentos. Já as Garantias, tem como função evidenciar os valores retidos de Encargos para Restituições Trabalhistas.

Caixa e Equivalente de Caixa – Composição

R\$

Conta Contábil	31/12/2025	31/12/2024	AV(%)	AH(%)
11112.20.01 – Limite de Saque c/ Vinc. de Pgto – OFSS	7.673.394,27	11.711.280,97	63,61	-34,48
11112.20.03 – Lim de Saque c/ Vinc. Pgto – Ord. Pgto OFSS	638.039,70	121.383,92	5,29	425,64
11131.02.00 – Garantias	3.751.558,69	2.831.177,18	31,10	32,51
TOTAL	12.062.992,66	14.663.842,07	100	-17,74

Fonte: Siafi

As contas garantias são contas vinculadas as entidades contratadas e tem por objetivo acolher depósitos destinados ao pagamento de verbas trabalhistas devidas ao seus empregados que participaram da execução dos serviços prestados. De acordo com o Acórdão 2717/2023 do TCU, os valores depositados nessas contas constituem ativos e passivos a serem reconhecidos nas demonstrações contábeis da administração contrante.

Nota 02 – Créditos a Curto Prazo

Compreende os valores de adiantamentos concedidos a pessoal (salários e ordenados – pagamento antecipado, auxílio-transporte e auxílio-alimentação), adiantamentos a fornecedores e tributos a recuperar.

R\$

Créditos a Curto Prazo	31/12/2025	31/12/2024	AV (%)	AH (%)
Salários e Ordenados – Pgto. Antecipado	19.304,35	599.535,94	1,09	-96,78
Adiantamento Auxílio-Alimentação	1.727.425,30	1.328.637,46	97,43	30,01

Adiantamento Auxílio-Transporte	26.307,28	12.073,23	1,48	117,90
Adiantamentos a Fornecedores	-	1.043.455,05	0	-100
Adiantamento Suprimento de Fundos	-	11.300,27	0	-100
Tributos a Recuperar	-	33.904,44	0	-100
Total	1.773.036,93	3.028.906,39	100	-41,46

Fonte: Siafi

Nota 03 – Estoques

Compreende o saldo dos bens adquiridos para a utilização no curso normal das atividades ou para a manutenção do patrimônio da JFPE.

Este subgrupo apresentou, em 31/12/2025, a composição a seguir por subitem:

Composição – Estoque					R\$
Conta Corrente	31/12/2025	31/12/2024	AV (%)	AH (%)	
07 Gêneros de Alimentação	32.013,75	38.288,01	7,86	-16,39	
16 Material de Expediente	43.909,84	50.483,23	10,78	-13,02	
17 Material de processamento de Dados	66.793,25	70.771,28	16,39	-5,62	
19 Material Acond. Embalagem	20.619,93	16.110,00	5,06	27,99	
21 Material de Copa e Cozinha	18.252,36	23.251,81	4,48	-21,50	
22 Material de Limpeza/Prod. De Higienização	120.296,43	210.055,77	29,52	-42,73	
24 Material Manutenção de Bens Imóveis	25.239,03	34.053,79	6,19	-25,88	
25 Material Manutenção de Bens Móveis	3.032,99	6.623,35	0,74	-54,21	
26 Material Elétrico	22.024,15	53.231,55	5,40	-58,63	
29 Material de Áudio, Vídeo e Foto	621,00	621,00	0,15	0,00	
30 Material para Comunicação	5.700,00	6.700,00	1,40	-14,93	
36 Material Hospitalar	37.374,57	38.296,00	9,17	-2,41	
42 Ferramentas	223,11	295,01	0,05	-24,37	
50 Bandeiras, Flâmulas e Insígnias	11.395,60	15.481,12	2,80	-26,39	
Total	407.496,01	564.261,92	100	-27,78	

Fonte: Siafi

O valor contábil da conta de Estoque no final de 2025, apresentou um decréscimo de 27,78% em relação ao valor proveniente de 2024, informa-se ainda que, o saldo contábil está alinhado com o apresentado no Relatório Mensal do Almoxarifado – RMA.

Nota 04 – Variação Patrimonial Diminutiva Paga Antecipada

AS VPDs Pagas Antecipadamente compreendem as despesas orçamentárias que, por imposição contratual, são pagas antes da ocorrência do fato gerador (aspecto contábil).

Os maiores valores referem-se à aquisição de serviços de informática com prazos definidos e pagos antecipadamente.

VPDs pagas antecipadamente					R\$
	31/12/2025	31/12/2024	AV (%)	AH (%)	
Prêmios de Seguros a apropriar	2.901,92	1.306,00	0,06	122,20	
Assinatura e Anuidades a apropriar	4.742.288,52	5.606.580,67	99,94	-15,42	
Total da Conta VPDs Pagas Antecipadamente	4.745.190,44	5.607.886,67	100	-15,38	

Fonte: Siafi

O valor contábil das VPDs pagas antecipadamente, no final do exercício, foi de R\$ 4.745.190,44, representando uma redução de 15,38% em relação ao valor de 2024.

Nota 05 – Imobilizado

Em 31/12/2025, o valor líquido contábil do imobilizado representou 77,33% do valor do total de ativos, apresentando a seguinte composição:

Bens Móveis

Em 31/12/2025, os bens móveis apresentavam o detalhamento abaixo:

Composição – Bens Móveis	R\$			
	31/12/2025	31/12/2024	AV (%)	AH (%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamento e Ferramenta	5.764.180,84	5.455.656,84	6,48	5,66
Bens de Informática	66.025.367,89	64.854.605,45	74,21	1,81
Móveis e Utensílios	9.596.027,29	8.968.716,19	10,78	6,99
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	4.026.514,42	3.943.075,51	4,53	2,12
Veículos	2.487.970,17	2.744.532,30	2,80	-9,35
Armamentos	63.943,09	63.943,09	0,07	0,00
Demais Bens Móveis	1.012.035,91	959.789,96	1,14	5,44
Total	88.976.039,61	86.990.319,34	100	2,28

Fonte: Siafi

Destaque para os Bens de Informática, com uma representatividade de aproximadamente 75% dos bens da JFPE.

Ressalta-se que, o saldo evidenciado no Balanço Patrimonial não está alinhado ao sistema de controle dos bens (GEAFIN), consoante evidenciado no item 1 na restrição apontada na Declaração do Contador. No sentido de sanar essa inconsistência a JFPE constituída comissão para a realização do Inventário dos bens permanentes do acervo da JFPE.

Bens Imóveis

Em 31/12/2025, o valor contábil dos bens imóveis apresentou o detalhamento abaixo:

Composição – Bens Imóveis	R\$			
	31/12/2025	31/12/2024	AV (%)	AH (%)
Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet	5.611.437,03	5.611.437,03	9,06	0,00
Bens Imóveis a Classificar/a Registrar	38.725.814,77	38.725.814,77	62,49	0,00
Obras em Andamento	4.313.366,12	2.944.869,29	6,96	46,47
Estudos e Projetos	696.957,93	463.603,28	1,12	50,33
Instalações	11.418.012,48	3.919.767,19	18,43	191,29
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	1.203.713,15	1.203.713,15	1,94	0,00
Total Bruto	61.969.301,48	52.869.204,71	100,00	17,21
(-) Depreciação Acumulada	-45.747,98	-36.986,89	-	23,69
(-) Amortização Acumulada	0,00	0,00	-	0
Valor Líquido Contábil	61.923.553,50	52.832.217,82	-	-

Fonte: SIAFI

Os bens de uso especial compreendem os bens que se destinam à execução dos serviços administrativos e dos serviços públicos em geral.

O Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet, faz a gerência da utilização dos imóveis da União, classificados como “Bens de Uso Especial”. Compete à Secretaria do Patrimônio da União - SPU, a gestão dos bens imóveis da União, bem como a administração e manutenção do SPIUnet.

Os “Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet” representaram 9,06% do valor contábil bruto dos bens imóveis em 31/12/2025. Destaca-se ainda o aumento em 191,29% em Instalações decorrente de construção de usinas fotovoltaicas nas subseções e requalificação do edifício sede.

O saldo apresentado na conta de Bens Imóveis a Classificar/a Registrar compreende os bens imóveis (Edifícios) que estão pendentes de regularização junto à Secretaria de Patrimônio da União - SPU, conseqüentemente não estão cadastrados no SPIUnet.

Foi designada comissão de trabalho para levantamento e regularização de bens imóveis sob a responsabilidade da Justiça Federal de Primeiro Grau em Pernambuco.

Nota 06 – Depreciação Bens Móveis e Imóveis

Os lançamentos de depreciação de bens móveis encontram-se suspensos, devido inconsistências apresentadas entre os saldos registrados no sistema de controle patrimonial (GEAFIN) e contábil (SIAFI). Aguarda-se a conclusão dos trabalhos da comissão de inventário de bens móveis, para proceder os devidos ajustes e a retomada de registro da depreciação.

Saliento que esta UG registra como exceção ao exposto acima, a depreciação referente ao bens doados para fins de apuração do valor contábil líquido.

A depreciação dos bens imóveis é realizada diretamente pela STN através de informações da SPU.

Nota 07 – Intangível

Os valores relativos ao ativo intangível na JFPE referem-se a Licenças de uso de Software, segregados de acordo com sua vida útil, Marcas e Patentes.

O ativo intangível, em 31/12/2025, era composto conforme quadro abaixo:

Bens Intangíveis	R\$			
	31/12/2025	31/12/2024	AV (%)	AH (%)
Softwares com vida útil indefinida (I)	3.465.932,34	3.465.932,34	20,38	0,00
Softwares com vida útil definida (II)	13.515.191,07	13.515.191,07	79,49	0,00
Marcas e Patentes (III)	22.134,21	22.134,21	0,13	0,00
Valor Bruto Contábil (IV)	17.003.257,62	17.003.257,62	-	-
Amortização Acumulada (V)	-	-	-	-
Total Líquido Contábil (VI -V)	17.003.257,62	17.003.257,62	100	0,00

Fonte: SIAFI

A conta 12411.01.01 – Softwares com vida útil definida representa 79,49% do total do subgrupo de Ativo Intangível. Não há registro de amortização de intangível com vida útil definida, pois há a necessidade de avaliação inicial desses bens e ajustes nos sistemas

de controle e contábil, procedimentos finalizados em dezembro de 2025 pela Comissão de Inventário de Intangíveis com ajustes previstos em 2026.

Nota 08 – Passivo Circulante

O passivo circulante, em 31/12/2025, apresenta a seguinte composição:

	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)	AV (%)
Obrigações Trab., Prev. E Assist. A Pagar Curto Prazo	4.637.085,31	5.488.493,72	49,14	-15,51
Fornecedores	493.153,80	120.939,83	5,22	307,77
Demais Obrigações a Curto Prazo	4.307.154,92	3.083.717,91	45,64	39,67
Total do Passivo Circulante	9.437.394,03	8.693.151,46	100	8,56

Fonte: SIAFI

O saldo de R\$ 4.637.085,31 do subgrupo Obrigações Trab., Prev. E Assistencial a pagar curto prazo corresponde a Pessoal a pagar e Encargos Sociais a pagar conforme tabela a abaixo:

Obrigações Trab., Prev. E Assist. A Pagar Curto Prazo	31/12/2025
Salários, Remunerações e Benefícios	605,84
Férias a pagar	4.636.479,47
Total	4.637.085,31

Fonte: SIAFI

Contas a pagar Credores Nacionais	31/12/2025
SOSERVI – Sociedade de Serviços Gerais Ltda.	1.839,66
APPA Serviços Temporários e Efetivos Ltda.	336,83
Companhia Energética de Pernambuco	87.134,11
Lanlink Soluções e Comercialização em Informática	289.602,26
Claro S.A.	22.694,18
Pergus Engenharia Ltda.	35.979,76
Antônio M R Conceição Tecnologia e Serviços	55.567,00
Total	493.153,80

Fonte: SIAFI

As Demais Obrigações a Curto prazo são referentes a Valores Restituíveis, outras obrigações a curto prazo e Obrigações com Entidades Federais, Estaduais e Municipais.

Demais Obrigações a Curto Prazo	31/12/2025
Consignações	201.980,68
Depósitos não Judiciais	3.859.299,84
Valores em Trânsito Exigíveis	7.342,05
Obrigações com Entidades Federais	102.314,49
Obrigações com Entidades Estaduais	111.994,06
Obrigações com Entidades Municipais	24.223,80
Total	4.307.154,92

Fonte: SIAFI

Destaque para o subgrupo Depósitos não Judiciais que é composto, além de outras, pela conta 2.1.8.8.1.04.06 – Depósitos Retidos de Fornecedores no valor de R\$ 3.859.299,84. Trata-se de obrigações com os valores depositados em conta vinculada.

Nota 09 – Ajustes de Exercícios Anteriores

Registra os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, no exercício de 2025, os valores referem-se a Reconhecimento de dívida pela JFPE, Ajustes na depreciação acumulada para fins de apuração do valor contábil líquido, baixa ou reconhecimento de ativo por erro/regularização imputável a exercício anterior e reembolso de requisitado – exercício anterior.

Nota 10 – Atos Potenciais Ativos e Passivos

As obrigações contratuais compreendem o controle sobre os contratos celebrados pela Administração Pública na figura de contratante, visando à obtenção de bens e serviços com terceiros.

Atos Potenciais Ativos – compreende o registros da execução de Avais, Fianças, Outras Garantias e Contragarantias.

	31/12/2025	31/12/2024	AV (%)	AH(%)
Fianças a Executar	202.407,56	202.407,56	7,09	0,00
Seguros-Garantia a Executar	2.651.444,80	2.508.620,00	92,91	5,69
Total dos Atos Potenciais Passivos	2.853.852,36	2.711.027,56	100,00	5,27

Atos Potenciais Passivos – compreende os registros da execução dos valores de Obrigações Contratuais.

	31/12/2025	31/12/2024	AV (%)	AH(%)
Contratos de Serviços em Execução	52.270.074,99	46.238.812,35	95,31	13,04
Contratos de Fornec. de Bens em Execução	2.389.490,27	3.646.617,97	4,36	-34,47
Contratos de Aluguéis em Execução	162.515,13	156.900,26	0,30	3,58
Contratos de Seguros em Execução	20.347,32	23.437,74	0,04	-13,19
Total dos Atos Potenciais Passivos	54.842.427,71	50.065.768,32	100,00	9,54

Fonte: SIAFI

Nota 11 – Taxas

Nesse subgrupo, está a arrecadação de receitas a título de custas judiciais, valores recolhidos em favor do Tesouro Nacional.

Nota 12 – Transferências e Delegações Recebidas

Na JFPE, não existe o registro da previsão e realização de receita orçamentária, pois a entidade não possui a função precípua de arrecadação de receitas. Os recursos recebidos para pagamento das despesas orçamentárias são através de transferência financeiras recebidas (sub-repasses).

R\$

	31/12/2025	31/12/2024	AV (%)	AH(%)
Sub-repasso Recebido	481.316.843,22	466.655.369,38	98,52	3,14
Transferências Recebidas para Pgto. de Restos a Pagar	6.389.029,67	13.685.318,57	1,31	-53,31
Demais Transf. Recebidas Independ. de Execução Orçamentária	371.801,52	66.750,40	0,08	457,00
Movimentações de Saldos Patrimoniais	410.489,91	64.542,24	0,08	536,00
Outras Transferências e Delegações Recebidas	28.017,84	74.686,31	0,01	-62,49
TOTAL DE TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	488.516.182,16	480.546.666,90	100,00	1,66

Fonte: SIAFI

Nota 13 – Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas

Este subgrupo tem por função consignar as variações patrimoniais aumentativas não classificadas em subgrupos específicos, sendo composto pelos itens apresentados na tabela a seguir.

	R\$			
	31/12/2025	31/12/2024	AV(%)	AH (%)
Restituições e Indenizações	10.823.750,27	1.826.434,45	97,61	492,62
Multas Administrativas	75.939,66	32.838,15	0,68	131,25
VPA Decorrente de Fatos Geradores Diversos	189.533,96	212.494,77	1,71	-10,81
Total das Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	11.089.223,89	2.071.767,37	100	435,25

Fonte: SIAFI

As Restituições e Indenizações tiveram maior representatividade do total do subgrupo em 97,61%, com um aumento de 492,62% em relação ao ano anterior.

Nota 14 – Pessoal e Encargos

Composto dos subgrupos Remuneração a Pessoal, Encargos Patronais, Benefícios a Pessoal e outras VPDs – Pessoal e Encargos, as despesas desse grupo representaram 71,72% do total das variações patrimoniais diminutivas:

a) Remuneração a Pessoal – 53,03% do Total de VPD

Compreende a remuneração do pessoal ativo civil, correspondendo ao somatório das VDPS com subsídios, vencimentos e vantagens pecuniárias fixas e variáveis estabelecidas em lei decorrentes do pagamento pelo efetivo exercício do cargo, emprego ou função de confiança no setor público.

Composição – Remuneração a Pessoal

	R\$			
	31/12/2025	31/12/2024	AV(%)	AH (%)
Vencimentos e Salários	80.770.820,08	78.011.097,43	30,65	3,54
Abonos	2.819.100,91	2.501.656,90	1,07	12,69
Adicionais	15.824,48	49.480,01	0,01	-68,02
Gratificações	127.997.070,34	118.902.553,21	48,57	7,65
Férias - RPPS	27.317.228,28	27.955.305,06	10,37	-2,28
13º Salário - RPPS	18.900.496,01	17.074.223,90	7,17	10,70
Licenças	5.012.023,32	0,00	1,90	100,00
Sentenças Judiciais – Pessoal Ativo RPPS	399.090,61	211.228,89	0,15	88,94
Férias – RGPS	161.845,29	151.103,07	0,06	7,11
13º Salário – RGPS	122.669,87	113.311,37	0,05	8,26
Total	263.516.169,19	244.969.959,84	100	7,57

Fonte: SIAFI

b) Encargos Patronais – 9,47% do total de VPD

Refere-se aos encargos trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de pagamento dos servidores e empregados ativos, pertencentes aos órgãos e demais entidades do setor público, bem como contribuições a entidades fechadas de previdência.

Composição – Encargos Patronais				R\$	
	31/12/2025	31/12/2024	AV(%)	AH (%)	
Encargo Patronal - RPPS	42.889.098,06	40.595.290,28	91,13	5,65	
Encargo Patronal - RGPS	426.642,35	398.383,63	0,91	7,09	
Contribuições a Entidades Fechadas de Previdência	3.750.261,31	3.337.500,07	7,97	12,37	
Total	47.066.001,72	44.331.173,98	100	6,17	

Fonte: SIAFI

c) Benefícios a Pessoal – 5,24% do total de VPD

Compreende os benefícios devidos ao pessoal civil, tais como ajuda de custo, indenização de transporte, auxílio-moradia, auxílio-alimentação, auxílio-transporte e auxílio-creche. Excetua-se as despesas relacionadas aos benefícios previdenciários e assistenciais, bem como as relativas a indenizações e restituições trabalhistas decorrentes da perda da condição de servidor ou empregado.

Composição – Benefícios a Pessoal				R\$	
	31/12/2025	31/12/2024	AV(%)	AH (%)	
Auxílio-Alimentação	19.676.404,32	15.768.850,31	75,56	24,78	
Auxílio-Transporte	299.944,40	347.495,08	1,15	-13,68	
Auxílio-Moradia	413.408,94	466.414,34	1,59	-11,36	
Ajuda de Custo	377.506,37	175.255,41	1,45	115,40	
Auxílio-Creche	3.112.242,08	3.089.661,11	11,95	0,73	
Indenização de Transporte	2.159.601,12	2.043.086,11	8,30	5,70	
Total	26.039.107,23	21.890.762,36	100	18,95	

Fonte: SIAFI

d) Outras VPD – Pessoal e Encargos – 3,97% do total de VPD

Composição – Encargos Patronais				R\$	
	31/12/2025	31/12/2024	AV(%)	AH (%)	
Indenizações e Restituições Trabalhistas	9.079.751,99	8.990.770,30	46,02	0,99	
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos	2.481.319,22	3.115.307,36	12,58	-20,35	
Pessoal Requisitado de Outros Entes – Estados	4.482.433,14	3.414.819,67	22,72	31,26	
Pessoal Requisitado de Outros Entes – Municípios	3.685.219,52	2.460.643,27	18,68	49,77	
Total	19.728.723,87	17.826.929,06	100	10,67	

Fonte: SIAFI

Nota 15 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais

O grupo “Benefícios Previdenciários e Assistenciais” corresponde às aposentadorias, às pensões e outros benefícios assistenciais.

Composição – Aposentadorias e Reformas				R\$	
	31/12/2025	31/12/2024	AV(%)	AH (%)	
Proventos – Pessoal Civil	14.942.980,42	13.721.428,09	32,79	8,90	
Aposentadorias Pendentes de Aprovação Pessoal Civil	24.378.661,71	24.527.168,55	53,46	-0,61	
Gratificações	1.580.700,54	1.558.551,65	3,47	1,42	
Férias vencidas e Proporcionais Aposentados	245.752,96	456.194,81	0,54	-46,13	
13º Salário – Pessoal Civil 16/91	3.481.941,76	3.297.410,73	7,64	5,60	

Licença Prêmio para Inativo Civil	505.617,75	157.874,75	1,11	220,27
Sentenças Judiciais – Aposentadorias RPPS	454.318,66	240.645,21	1,00	88,79
Total	45.589.973,80	43.959.273,79	100	3,71

Fonte: SIAFI

Composição – Pensões

R\$

	31/12/2025	31/12/2024	AV(%)	AH (%)
Pensões Civis	12.918.893,07	12.894.581,31	86,61	0,19
13º Salário – Pessoal Civil – Pensionista	1.143.225,93	1.054.142,20	7,67	8,45
Sentenças Judiciais – Pensões RPPS	346.781,82	325.149,26	2,33	6,65
Gratificações	252.454,64	238.897,92	1,69	5,67
Total	14.911.139,56	14.512.770,69	100	2,74

Fonte: SIAFI

Composição – Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais

R\$

	31/12/2025	31/12/2024	AV(%)	AH (%)
Auxílio Funeral	51.014,77	75.916,97	13,30	-32,80
Auxílio Natalidade	16.886,63	16.527,34	4,40	2,17
Assistência à Saúde	315.549,11	107.654,29	82,30	193,11
Total	383.450,51	200.098,60	100	91,63

Em 2025, as despesas com benefícios previdenciário e assistenciais corresponderam a 12,25% do total das variações patrimoniais diminutivas, tendo maior representatividade as despesas com aposentadoria.

Nota 16 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital fixo

Excetuadas as despesas com pessoal e respectivos encargos, este grupo compreende as demais despesas necessárias à manutenção e operação da entidade, incluindo o valor do desgaste ou a perda da vida útil do seu ativo imobilizado ou intangível, por meio do registro da despesa de depreciação ou amortização.

Este grupo representa 11,80% do total das variações patrimoniais diminutivas em 2025.

R\$

	31/12/2025	31/12/2024	AV (%)	AH(%)
Consumo de Materiais Estocados - Almojarifado	395.403,47	374.635,02	0,67	5,54
Consumo de Combustíveis e Lubrificantes	115.375,40	22.923,66	0,20	403,30
Consumo de gêneros de Alimentação	45.185,54	10.844,06	0,08	316,68
Consumo de Material Hospitalar	0,00	140,00	0,00	-100
Material de Consumo Imediato	535.164,86	583.202,44	0,91	-8,24
Subtotal - Consumo de Materiais	1.091.129,27	991.745,18	1,86	10,02
Subtotal - Diárias	894.410,46	902.053,04	1,53	-0,85
Serviços Técnicos Profissionais - PF	19.276.452,02	14.289.224,34	32,87	34,90
Serviços de Apoio Adm., Técnico e Operacional - PF	9.052,32	9.225,00	0,02	-1,87
Serviços Comunicação, Gráficos e Audiovisual - PF	0,00	255,00	0,00	-100
Locações e Arrendamentos - PF	150.203,15	150.401,35	0,26	-0,13
Serviços Educacionais e Culturais -PF	2.663.075,73	2.396.343,63	4,54	11,13
Subtotal - Serviços de Terceiros - PF	22.098.783,22	16.845.449,32	37,69	31,19
Serviços Técnicos Profissionais - PJ	7.551.690,50	6.846.529,20	12,88	10,30
Serviços de Apoio Adm., Técnico e Operacional - PJ	17.551.690,50	15.230.831,95	29,93	15,24
Serviços Comunicação, Gráficos e Audiovisual - PJ	1.830.785,09	1.703.790,90	3,12	7,45
Serviços Transp., Passagem, Locomoção e Hospedagem - PJ	202.449,86	234.926,61	0,35	-13,82
Serviços Água e Esgoto, Energia Elétrica, Gás e Outros - PJ	3.743.327,52	3.369.422,58	6,38	11,10

Locações e Arrendamentos – PJ	4.043.085,53	11.040.249,23	6,89	-63,38
Serviços Educacionais e Culturais -PJ	0,00	900,00	0,00	-100
Fornecimento de Alimentação	76.801,20	59.560,61	0,13	28,95
Seguros em geral	43.813,29	51.701,87	0,07	-15,26
Serviços Prestados Diversos – PJ	30.763,33	16.823,878	0,05	82,26
Subtotal - Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	34.545.816,98	38.554.736,73	59,83	-10,40
Total – Serviços	57.539.010,66	56.302.239,09	98,12	2,20
Depreciação de Bens Móveis e Imóveis	10.472,73	7.850,09	0,02	33,41
Amortização de Imobilizado	0,00	95.920,37	0,00	-100
Subtotal – Depreciação e Amortização	10.472,73	103.770,46	0,02	-89,91
Total do Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	58.640.612,66	57.397.754,83	100	2,17

Fonte: SIAFI

A depreciação dos bens imóveis cadastrados no SPIUnet foi realizada mensalmente pela STN, de acordo com dados gerados pela SPU. Por sua vez, não houve retomada do lançamento da depreciação de bens móveis em 2025.

Nota 17 – Desvalorização e Perda de Ativos

Refere-se à variação patrimonial diminutiva com perdas involuntárias e desincorporação de bens e direitos do ativo.

Em 2025, houve desincorporação de R\$ 35.514,31, referente à regularização de Suprimentos de Fundo e Contribuições e Impostos não mais compensáveis no exercício corrente.

Nota 18 – Tributárias

Compõem-se das taxas, contribuições sociais, contribuição para o serviços de iluminação pública e outras contribuições.

R\$

	31/12/2025	31/12/2024	AV (%)	AH(%)
Taxas – Intra OFSS	411,16	398,43	0,01	3,20
Taxas – Inter OFSS – Estado	5.516,78	5.694,84	0,14	-3,13
Taxas – Inter OFSS – Município	67.042,75	0,00	1,71	100
Obrigações Patronais s/ Serviços de PF	3.834.283,59	2.834.489,02	97,84	35,27
Contribuição p/ Serviço de Iluminação Pública	11.628,52	6.722,47	0,30	72,98
Outras Contribuições	124,45	120,60	0,00	3,19
Total de Tributárias	3.919.007,25	2.847.425,36	100,00	37,63

Fonte: SIAFI

Nota 19 – Receitas Orçamentárias

Na Seção Judiciária de Pernambuco, não há registro da previsão e realização de receita orçamentária, pois a entidade não possui a função precípua de arrecadação de receitas. Os recursos recebidos para pagamento das despesas orçamentárias são através de transferência financeiras recebidos (sub-repasses).

Os recursos recolhidos por meio de GRU, em geral, são transferidos ao Tesouro Nacional, a título de receitas, à exceção daqueles recolhidos a título de anulação de despesa e de depósitos judiciais e de terceiros, que permanecem na unidade gestora na conta de limite de saque ou garantias.

Nota 20 – Despesas Orçamentárias

Despesas Correntes

Classificam-se nessa categoria todas as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

Elemento de Despesa	R\$			
	31/12/2025	31/12/2024	AV (%)	AH(%)
Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	265.776.712,24	240.991.933,71	55,21	10,28
Aposentadorias	45.414.049,31	42.589.469,05	9,43	6,63
Pensões	14.911.139,56	13.938.439,00	3,10	6,98
Contribuição a Entidade Fechada Previdenciária	3.750.261,31	3.337.500,07	0,78	12,37
Obrigações Patronais	43.308.634,03	40.601.108,47	9,00	6,67
Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	7.274.741,81	6.032.122,96	1,51	20,60
Sentenças Judiciais	32.790,37	160.133,89	0,01	-79,52
Despesas de Exercícios Anteriores	2.248.786,57	8.206.555,02	0,47	-72,60
Indenizações e Restituições Trabalhistas	0,00	56.088,38	0,00	-100
Ressarcimento Pessoal Requisitado	8.775.153,92	8.489.253,96	1,82	3,37
Subtotal – Pessoal e Encargos Sociais	391.492.269,12	364.402.604,51	81,32	7,43
Assistência Pré-escolar	3.112.242,08	3.089.661,11	0,65	0,73
Auxílio-Funeral e Natalidade	67.901,40	92.444,31	0,01	-26,55
Auxílio-Alimentação	20.075.192,16	15.957.140,37	4,17	25,81
Auxílio-Transporte	543.582,45	564.067,74	0,11	-3,63
Diárias	663.507,45	838.267,69	0,14	-20,85
Material de Consumo	1.108.182,77	963.534,35	0,23	15,01
Publicidade Institucional e de Utilidade Pública	0,00	1.791,75	0,00	-100
Passagens e Locomoção	237.627,13	291.493,25	0,05	-18,48
Serviços de Consultoria	1.400,00	9.440,00	0,01	-85,17
Serviços de Terceiros – Pessoa Física	22.886.068,23	17.223.905,91	4,75	32,87
Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	6.133.050,43	6.215.225,82	1,27	-1,32
Serviços Tecnologia da Informação e Comunicação	11.548.546,19	23.134.266,84	2,40	-50,08
Locação de Mão de Obra	15.570.145,35	14.194.250,46	3,23	9,69
Obrigações Tributárias e Contributivas	4.130.623,46	2.983.810,20	0,86	38,43
Despesas de Exercícios Anteriores	342.851,41	334.659,55	0,07	2,45
Indenizações e Restituições	3.396.539,59	2.983.862,84	0,71	13,83
Ressarcimento Pessoal Requisitado	206.188,74	309.081,01	0,04	-33,29
Subtotal – Outras Despesas Correntes	89.941.758,84	89.186.903,20	18,68	0,85
Total de Despesas Correntes Empenhadas	481.434.027,96	453.589.507,71	100	6,14

Fonte: SIAFI

No exercício de 2025, foi empenhado como despesa corrente o valor de R\$ 481.434.027,96, havendo acréscimo em 6,14% em relação ao exercício de 2024. As despesas correntes representaram em torno de 97,78% das despesas empenhadas.

Despesas de Capital

Classificam-se nessa categoria aquelas despesas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

Elemento da Despesa	31/12/2025	31/12/2024	AV (%)	AH(%)
Outros Serviços de Terceiros – PJ	81.890,00	0,00	0,75	100
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – PJ	0,00	27.086,50	0,00	-100

Obras e Instalações	9.719.936,06	14.162.265,57	88,80	-31,37
Equipamentos e Material Permanente	1.143.522,60	5.718.031,13	10,45	-80
Total de Despesas de Capital Empenhadas	10.945.348,66	19.907.383,20	100	-45,02

Em 2025, houve redução de 45,02% das despesas de capital empenhadas em relação ao ano anterior.

Nota 21 – Execução dos Restos a Pagar

Composição dos Restos a Pagar não Processados e Processados inscritos em 2024 executados até o final do exercício de 2025:

Restos a Pagar Não Processados	Inscritos em 2024	Pagos	Cancelados	Saldo	R\$
Pessoal e Encargos	515.372,94	357,54	-	515.015,40	
Outras Despesas Correntes	2.831.422,59	1.792.509,13	1.038.913,46	-	
Despesa de Capital - Investimentos	12.179.560,11	5.093.588,85	4.897,07	7.081.074,19	
Total	15.526.355,64	6.886.455,52	1.043.810,53	7.596.089,59	

Fonte: SIAFI

Restos a Pagar Processados	Inscritos em 2024	Pagos	Cancelados	Saldo	R\$
Pessoal e Encargos	54.748,15	54.748,15	-	-	
Outras Despesas Correntes	95.714,37	95.430,48	283,89	-	
Despesa de Capital - Investimentos	-	-	-	-	
Total	150.462,52	150.178,63	283,89	-	

Fonte: SIAFI

Conforme demonstrado nas tabelas acima, foram pagos 44,35% de Restos a Pagar não Processados, permanecendo o saldo de R\$ 7.596.089,59. Já em relação aos Restos a Pagar Processados, foram pagos 99,81%, e cancelado o saldo de R\$ 283,89.

Nota 22 – Geração Líquida de caixa e Equivalente de Caixa

A geração líquida de caixa e equivalentes de caixa é igual ao resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro e corresponde ao fluxo líquido (entradas menos saídas) de recursos durante o período.

O valor do fluxo de caixa líquido correspondeu à soma dos Fluxos Operacional e de Investimento, fornecendo um valor caixa foi consumido no valor de R\$ 2.600.849,41. Esse resultado somado ao item “Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial” de R\$ 14.663.842,07, resultou em um montante de R\$ 12.062.992,66. Valor este compatível com o saldo apresentado nos itens “Caixa e Equivalentes de Caixa” no Balanço Patrimonial e “Saldo para o Exercício Seguinte” no Balanço Financeiro.